



Câmara dos Deputados

# MARCOS CINTRA

*Deputado Federal*



## CARTILHA DO IMPOSTO ÚNICO FEDERAL

"Minha posição sobre o assunto sempre foi clara. Considero que o Imposto Único é o mais moderno e econômico instrumento de arrecadação."

*Roberto Campos*

[www.impostounicofederal.org.br](http://www.impostounicofederal.org.br)

Brasília – 2002

“A estrutura clássica de impostos, à qual nos aferramos, é uma curiosa relíquia artesanal na era eletrônica”

Roberto Campos

“Imposto justo é o que se consegue cobrar”

Mário Henrique Simonsen

“Não tenho o menor respeito pela sabedoria convencional que entroniza, como indispensável, os impostos clássicos, tais como o sobre a renda e o imposto sobre valor agregado na circulação de mercadorias. São ambos insuportavelmente obsoletos.”

Roberto Campos

“Se o Imposto Único de Marcos Cintra carrear para as burras estatais...o mesmo nível de rendas que o tresloucado elenco atual, o que se deve fazer é ...aprová-lo”.

Ives Gandra da Silva Martins

“O imposto bom não é o “imposto velho” nem o “imposto clássico”. Imposto bom é o impostos insonegável e de cobrança automatizada. Qualquer imposto sonegável, é socialmente injusto. E se a cobrança depende de documentos declaratórios, torna-se um desperdício. A automaticidade e a insonegabilidade são precisamente as características do chamado Imposto Único”

Roberto Campos

“O Imposto Único permite a compatibilização dos objetivos de maximização da base tributária, profunda e inédita simplificação, e virtual erradicação da corrupção fiscal- promovendo uma arrecadação mais transparente, eficaz, e equânime”

Folha de São Paulo, (Editorial)

“Infelizmente, a metodologia simplificadora do imposto único foi desmoralizada pelo fato de ter o governo por duas vezes –no caso do IPMF (1993)e da CPMF (1996)- aproveitado a “metodologia” automática do imposto sem lhe absorver a “ideologia” simplificadora. Trata-se de um instrumento sofisticado que se tornou grosseiro pelo mau uso, como se um florete de esgrima fosse utilizado para cortar grama”

Roberto Campos

“Abolir o Imposto de Renda, seja sobre a pessoa física, seja sobre a pessoa jurídica, ...há de ser o primeiro passo”

Roberto Mangabeira Unger

“As transações financeiras constituem uma das poucas bases potenciais de arrecadação futura na qual é possível ancorar o aumento da receita pública sem penalizar os setores produtivos e os segmentos sociais...”

Maria da Conceição Tavares

“A circulação financeira é uma base de futuro, já que, além de sua contínua expansão, permite controles eletrônicos, e deverá permitir, portanto, uma menor sonegação do que os atuais impostos”

Maria da Conceição Tavares

“...a Comunidade Econômica Européia está-se voltando para duas ordens de tributos, ou seja, os indiretos, e os sociais, reduzindo paulatinamente os tributos diretos, entre eles o Imposto de Renda”

Ives Gandra da Silva Martins

---

## SUMÁRIO

A excessiva carga tributária brasileira .....	04
A sonegação virou regra .....	06
Brasil é recordista na carga tributária sobre salários.....	07
A solução é o Imposto Único Federal – IUF.....	08
Como funciona o IUF .....	08
Implementação do IUF .....	09
As vantagens do Imposto Único Federal – IUF .....	10
A improcedência das críticas ao Imposto Único Federal – IUF .....	10
Impactos do IUF na economia .....	11
Impacto setorial do IUF .....	12
Bases para um entendimento nacional .....	12
A campanha nacional pelo Imposto Único Federal .....	14
Como participar do movimento pelo IUF .....	14

## O Brasil precisa de um novo sistema de impostos

“O Imposto Único não é, ao contrário do que diz a sabedoria tradicional dos fiscalistas, ingênua ou inexequível. É apenas uma idéia insolentemente nova, cujo tempo chegou”

**Roberto Campos**

A sociedade brasileira mostra sinais de profunda insatisfação com o seu sistema tributário. A atual estrutura de impostos no Brasil é uma das mais complexas do mundo, tendo chegado a um estágio avançado de deterioração, irracionalidade, ineficiência, e iniquidade.

O caótico sistema tributário no Brasil contava em meados de 2001 com 55.767 artigos, 33.374 parágrafos, 23.497 incisos e 9.956 alíneas tratando sobre tributos. Essa miscelânea tributária está contida em 18.589 páginas de textos, decretos, códigos e portarias. Estes dados, no entanto, se desatualizam diariamente. A cada ano, são editadas cerca de 300 novas normas sobre o assunto, algo em torno de 1,23 alterações por cada dia útil.

### A excessiva carga tributária brasileira

Essa parafernália tributária tem contribuído decisivamente para os recordes de aumento da carga tributária verificados ano após ano. O quadro abaixo dá uma mostra do que vem ocorrendo com relação ao peso dos impostos sobre o PIB e a carga *per capita* no país.

**BRASIL -1993/2001**  
**Evolução da carga tributária global e *per capita***  
**(% do PIB)**

Ano	Carga tributária % do PIB	Carga tributária per capita (R\$)
1993	25,8	719,19
1994	29,8	893,68
1995	29,4	1.205,54
1996	29,1	1.354,02
1997	29,6	1.523,51
1998	29,6	1.681,54
1999	31,6	1.813,68
2000	32,6	2.023,73
2001*	35,0	2.264,70

(\*) estimativa

Há teses defendendo que a carga de impostos em relação ao PIB no Brasil pode, e deve, ser mais alta, uma vez que vários países registram proporções mais elevadas que a nossa. No entanto, esta afirmação não faz sentido se feita isoladamente, já que a avaliação

da carga tributária de um país só pode ser feita em função do nível de renda *per capita* e do padrão de desenvolvimento do país.

A tabela abaixo deixa claro que o governo brasileiro impõe uma carga tributária absolutamente incompatível com o nível de renda *per capita* da população. Todos os países com carga tributária próxima, ou superior, a 30% do PIB, possuem renda *per capita* próxima, ou acima, de US\$ 20.000/ano. As exceções são Portugal, (que tem renda de US\$ 10.670, três vezes superior à brasileira), e o Brasil. Vale notar que países com renda *per capita* inferior a US\$10.000/ano aplicam carga tributária sempre abaixo de 25% do PIB.

O Brasil é claramente um caso extravagante de supertributação.

**Carga tributária e renda per capita em países selecionados  
(2000)**

<i>Países</i>	<i>Carga tributária (% do PIB)</i>	<i>Renda per-capita Ano (US\$)</i>
Itália	45,0	20.090
Alemanha	37,7	26.570
Canadá	37,1	19.170
Portugal	34,4	10.670
Suíça	33,9	39.980
Brasil	33,2	3.401
Austrália	31,0	20.640
EUA	28,8	29.240
Japão	28,8	32.350
Coréia do Sul	23,0	8.600
México	16,9	3.840

Como resultado da excessiva tributação, o consumidor brasileiro é onerado por elevada carga de impostos indiretos, embutidos nos preços dos produtos que adquire. Segundo a ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, a tributação atinge 34,7% do preço final dos alimentos, enquanto a média internacional é de 7%.

A tabela abaixo exemplifica a abusiva carga de tributos nos bens de consumo no Brasil. A consequência desta excessiva tributação é o baixo poder aquisitivo dos salários, bem como a perda de competitividade dos produtos brasileiros nos mercados externos. Importante observar que a maior parte dos tributos incidentes sobre a produção doméstica não é desonerada no momento da exportação, fazendo com que os bens e serviços exportados contenham elevada carga de impostos embutidos em seu preço.

## Peso dos impostos no preço ao consumidor Brasil

Produto	Parcela tributária atual no preço ao consumidor
Quilo de carne	47 %
Dúzia de ovos	29 %
Pão	43 %
Refrigerante	37 %
Chá	50 %
Automóvel	46 %
Par de tênis	47 %
Par de sapatos	47 %
Televisão	49 %
Gasolina	53 %
Óleo de soja	25 %
Pneus	37 %
Calça masculina	25 %
Geladeira	49 %

Fonte: Trevisan e Associados, Sindicom, e ACSP.

### A sonegação virou regra

Como defesa frente a esta abusiva carga de impostos, o contribuinte vê na sonegação de impostos um artifício para sobreviver. A sonegação é hoje a mais perversa característica do sistema tributário no Brasil.

Em 1999 o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, depôs na CPI do Sistema Financeiro e fez uma afirmação que causou grande celeuma junto à opinião pública. O país foi informado oficialmente que a sonegação, a evasão e a elisão de impostos em larga escala são práticas comuns.

Segundo seu depoimento, R\$ 825 bilhões, quase o valor de um PIB anual, passava por entre os dedos do fisco sem que, diretamente, um tostão ficasse em suas malhas; das 530 maiores empresas no Brasil, metade não pagava imposto de renda; e 42% dos 66 maiores bancos também haviam conseguido a mesma façanha.

A sonegação, portanto, é hoje o tumor a ser extirpado do sistema tributário nacional. A predominância dessa anomalia causa injustiças tributárias profundas na economia nacional.

A Receita Federal vem cruzando informações sobre a movimentação financeira de declarantes do Imposto de Renda. Os dados mostram que bilhões de reais circulam livremente na economia brasileira sem serem alcançados pelo Imposto de Renda.

Em agosto de 2001 a Receita Federal divulgou a conclusão de 341 processos contra contribuintes que sonegaram impostos em 1998. Esses contribuintes foram autuados em R\$ 81,5 milhões. Entre eles, 210 são pessoas físicas, que sonegaram R\$ 6,5 milhões, e outros 131 são pessoas jurídicas cujas autuações somam R\$ 75 milhões. Essas ações da Receita Federal foram resultantes do cruzamento entre a movimentação bancária dos contribuintes (por meio da CPMF) e as declarações de renda de 1998.

No ano de 1999, os cruzamentos revelaram contribuintes que se declararam isentos, omissos, inativos e empresas cadastradas no Simples, mas que movimentaram valor equivalente a cerca de metade do PIB brasileiro. Vale notar que 559.161 pessoas movimentaram R\$116,9 bilhões, uma média mensal de R\$ 17,4 mil, ao mesmo tempo em que “se declararam” não-contribuintes do imposto de renda.

Os dados revelaram ainda que apenas 254 pessoas físicas e jurídicas transacionaram, o assombroso montante de R\$ 164,1 bilhões sem serem alcançados pelo Imposto de Renda. Em média esses indivíduos movimentaram R\$ 54 milhões por mês, declarando-se isentos, inativos, declarantes do Simples ou sendo simplesmente omissos. Nem CPF esses milionários possuem.

**Contribuintes isentos, inativos ou omissos e empresas optantes pelo Simples**  
**Cruzamento entre declaração de Imposto de Renda e movimentação financeira**

Movimentação financeira mensal em R\$ mil	Número de pessoas físicas e jurídicas analisadas pelo Fisco	Sonegação estimada		
		Número de pessoas físicas e jurídicas suspeitas de sonegação	Movimentação financeira mensal em R\$ milhões	Rendimentos mensais não declarados em R\$ milhões
Até 8,3	29.402.542	-	-	-
De 8,3 até 41,7	559.161	424.435	6,478	2,556
De 41,7 até 83,3	51.065	51.065	2,889	1,156
De 83,3 até 833,3	33.991	33.991	8,405	4,202
De 833,3 até 8.333,33	2.372	2.372	7,345	6,678
Mais de 8.333,33	254	254	13,678	13,678
Total	30.049.385	512.117	38,795	28,270

O trabalho concluiu que 512.117 pessoas físicas e jurídicas efetuaram, durante 1999, movimentação financeira incompatível com a legislação do imposto de renda no montante total de R\$ 465 bilhões, ou R\$ 38,7 bilhões por mês. Tal movimentação financeira deixa implícita a existência de rendimentos não declarados estimados em R\$ 339,2 bilhões, ou R\$ 28,2 bilhões por mês, ou seja, cerca de 25% do PIB passaram ao largo do Imposto de Renda brasileiro.

O padrão de incidência tributária atual sobre a produção é tão caótico, imprevisível, devastador, a ponto de poder quebrar uma empresa eficiente, que paga seus impostos, e de fazer sobreviver uma concorrente ineficiente, que sonega e saqueia seus competidores no mercado.

Ademais, a sonegação gera uma inevitável consequência, a corrupção. A evasão e a sonegação são aceitas com naturalidade, quando não admiradas como evidência de coragem e ousadia empresariais. A conivência entre sonegadores e fiscais corruptos vem causando forte deterioração dos padrões éticos e morais da sociedade brasileira.

**Brasil é recordista na carga tributária sobre salários**

A forte sonegação de impostos e a necessidade de crescente arrecadação pública fizeram do assalariado o sujeito passivo tributário mais fortemente onerado. Impossibilitado de apelar para a sonegação e a evasão, o assalariado com carteira assinada passou a sofrer forte tributação na fonte. Além dos encargos tributários incidentes sobre os salários, o

governo ainda sobrecarregou o empregador com imposições fiscais e previdenciárias extremamente elevadas.

Os rendimentos do trabalho no Brasil, que representam apenas 26,8% da Renda Nacional, são responsáveis, direta e indiretamente, por cerca de 53,5% da arrecadação de impostos no país. Isto dá uma clara indicação de como, para compensar a perda de arrecadação gerada pela sonegação das empresas e dos autônomos, o governo transfere a carga tributária para os segmentos que têm mais dificuldade em sonegar, como o trabalho assalariado. Segundo dados da Arthur Andersen, o contribuinte brasileiro do imposto de renda pessoa física é onerado no equivalente ao dobro que o contribuinte norte-americano, quatro vezes mais que o japonês, e quinze vezes mais que o argentino.

Além de estimular a economia informal, este fato é responsável pelas altas taxas de desemprego vigentes na economia brasileira. O alto custo de contratação e manutenção de funcionários é uma das principais causas do crescimento da economia informal. Metade dos trabalhadores brasileiros não tem carteira assinada, fenômeno este que barateia os custos para as empresas e desonera os salários recebidos pelos empregados, que em muitos casos não declaram esses rendimentos.

### **A solução é o Imposto Único Federal – IUF**

Infelizmente, a sociedade brasileira ainda não conseguiu fazer a necessária Reforma Tributária.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Reforma Tributária apresentou uma proposta que, no dizer do saudoso Roberto Campos foi apenas uma “tentativa de aperfeiçoar o obsoleto”.

Em outras palavras, a frustração foi geral ao se perceber que a proposta de reforma apresentada foi apenas uma tímida e convencional tentativa de alteração em alguns problemas pontuais no sistema tributário brasileiro. Mas não foi capaz de empolgar a opinião pública, e nem de avançar na urgente necessidade de simplificação e de universalização do sistema de arrecadação de impostos no Brasil.

O movimento pelo Imposto Único Federal – *IUF* – busca saldar esta dívida do governo com a sociedade brasileira. Visa implantar no Brasil uma nova e revolucionária sistemática tributária.

Primeiramente, busca-se sua implementação apenas a nível federal. A proposta prevê inicialmente a substituição de diversos tributos arrecadatórios de competência da União por apenas um imposto que incidirá sobre as transações bancárias.

Num segundo momento a proposta prevê a realização de plebiscitos em todo o país para que os Estados e municípios interessados possam optar pela adesão a essa inovadora formação tributária.

O *IUF* representa um sistema fiscal-tributário inovador e revolucionário que irá proporcionar uma extrema simplificação na estrutura de impostos no Brasil. Sua implementação acarretará acentuada queda nos custos de arrecadação de impostos para o poder público e para os agentes privados. A sonegação, a evasão e a corrupção serão reduzidas significativamente, tornando o sistema mais justo e mais eficiente.

### **Como funciona o IUF**

A idéia do *IUF* é simples: sobre as transações efetuadas no sistema bancário incidirá uma alíquota de 3,4%, dividida igualmente entre débito e crédito.

Os tributos arrecadatórios federais serão todos extintos (IRPF, o IRPJ, a CSLL, o IPI, a Cofins, a CPMF, as contribuições previdenciárias ao INSS, o IOF, o ITR, e as retenções na fonte de qualquer espécie). Permanecerão apenas o **IUF**, os impostos de natureza extrafiscal (instrumento de regulação de política econômica, como os impostos sobre comércio exterior) e as taxas pela prestação de serviços.

A partilha da receita entre os níveis de governo não sofrerá alteração de critérios, e a distribuição ocorrerá de modo automático, através de softwares desenvolvidos especificamente para esse fim.

No mercado financeiro e de capitais a tributação seria diferida, evitando-se a tributação sobre o giro financeiro. O montante do principal das aplicações será imune ao **IUF** enquanto permanecer no circuito financeiro.

O **IUF** irá redistribuir a carga tributária com maior justiça social, aliviando a excessiva incidência sobre os assalariados, sobre a classe média e sobre as empresas organizadas, que hoje arcam com uma abusiva carga de impostos no Brasil.

### Implementação do IUF

A meta do **IUF** é garantir a mesma arrecadação atual, ou seja, cerca de R\$ 183 bilhões na esfera federal. A questão que se coloca então é: qual é o nível de tributação do **IUF** que seria adequado para substituir os atuais tributos?

Simulações mostram que um alíquota de 1,7% no débito e 1,7% no crédito de cada lançamento bancário seria suficiente para gerar uma receita igual aos tributos a serem eliminados.

O cálculo da alíquota final do **IUF** é mostrado abaixo, tomando-se por base a arrecadação da CPMF de 2000.

Tributo	Receita atual (milhões R\$)	IUF total	IUF sobre lançamentos de débito e crédito
IR (Física e Jurídica)	59.696	1,13	0,57
INSS Patronal	35.000	0,62	0,31
COFINS	38.494	0,73	0,37
IPI	18.000	0,34	0,17
CPMF	14.395	0,25	0,13
CSLL	8.716	0,15	0,08
IOF	3.096	0,06	0,03
SAL. EDUCAÇÃO	2.791	0,05	0,03
SISTEMA S	2.646	0,05	0,03
ITR	231	0,02	0,01
<b>Total</b>	<b>183 065</b>	<b>3,40</b>	<b>1,70</b>

Cabe lembrar que a proposta do **IUF** é eliminar todos os tributos arrecadatórios. Esses impostos representam mais de 70% da atual arrecadação federal. Obrigações extra-fiscais como o FGTS, o Pis/Pasep, tributos sobre o comércio exterior, a seguridade do servidor público e a contribuição social do empregado, permanecerão inalterados.

## **As vantagens do Imposto Único Federal – IUF ?**

As principais vantagens do *IUF* são:

- Redução da carga tributária individual
- Simplificação do atual sistema tributário
- Redução dos custos
  - da União, da Previdência, dos Estados e dos municípios, com o enxugamento de suas máquinas arrecadadoras (fiscais)
  - das empresas com a inexistência de escrituração fiscal, ações judiciais, e dispensa de atividades de planejamento e assessoria tributária;
- Maior produtividade e lucro das empresas ;
- Aumentos de salários reais e nominais;
- Redução do “custo Brasil”;
- Universalidade – ninguém sonegaria, nem estaria isento do imposto;
- Transparência e impessoalidade;
- Equidade – tributo insonegável e proporcional aos ganhos de cada cidadão;
- Fim da corrupção.

## **A improcedência das críticas ao Imposto Único Federal – IUF**

### **Cumulatividade (“efeito cascata”)**

Os críticos da proposta afirmam que o chamado “efeito cascata” representa um grave defeito do Imposto Único Federal (*IUF*), e que a cumulatividade deve ser completamente abolida. Na verdade,

a) A carga tributária do *IUF* atingiria um máximo de 14,88% (gerando arrecadação de R\$ 183 bilhões), ao passo que com o IPI e INSS, a carga de impostos chega a 29,67% do preço final (arrecadando apenas R\$ 53 bilhões, menos de um terço do *IUF*); em outras palavras, se arrecada mais tributando menos;

b) O *IUF* implica variância de carga tributária por produto sensivelmente inferior ao IVA, o que invalida o mito de que tributos cumulativos introduzem variações nos preços relativos mais intensas do que os IVA's, sendo, portanto necessariamente ruins e indesejáveis;

c) As alíquotas diferenciadas do IVA, como ocorre na prática a partir das escandalosas práticas de evasão e sonegação, implicam variância ainda maior de carga tributária setorial, distorcendo mais fortemente os preços relativos na economia do que ocorreria com o *IUF*.

### **Regressividade e injustiça social**

O atual sistema tributário é extremamente injusto. Os assalariados são taxados pesadamente. Como vimos acima, dados de 1998 mostram que 53,5% da carga tributária daquele ano incidiram direta ou indiretamente sobre os rendimentos do trabalho. Por outro lado, no mesmo ano os salários representaram 26,8% do PIB nacional. Ou seja, a tributação sobre os rendimentos do trabalho foi o dobro do que se poderia considerar proporcional à sua participação na Renda Nacional.

Enquanto o salário é altamente onerado, o setor financeiro é um setor privilegiado no país, quando se trata de pagar imposto. Do total de Imposto sobre a Renda em 1998 a

tributação sobre o trabalho respondeu por 32%, enquanto as instituições financeiras contribuíram apenas com 4%.

As pessoas de baixa renda que não possuem conta em banco não serão atingidas diretamente pelo **IUF**. Além disso, sabe-se que o governo poderá se utilizar de subsídios, caso deseje privilegiar um setor considerado prioritário.

### **Viés antifederal**

A proposta do **IUF** é justamente a de fortalecer a Federação, ao estimular repasses automáticos para Estados e municípios. Na atual proposta do **IUF**, estados e municípios não perderiam sua arrecadação atual.

### **Desintermediação financeira (uso de moeda manual e fuga dos cheques)**

O **IUF** não estimula a monetização da economia, pois o custo de transação com moeda manual é superior à economia de impostos obtida. É mais seguro, e muito mais barato, continuar a utilizar os bancos do que carregar e fazer pagamentos com papel-moeda. Para evitar que isto aconteça, haverá uma sobretaxa para desestimular saques.

### **Oneração da produção**

Na verdade, o **IUF** ocasionará uma redução de custos para o consumidor, pois o produtor se sentirá incentivado a reduzir os preços ao perceber que seus custos tributários caíram.

### **Exportação de Impostos**

O **IUF** poupará o produtor de uma série de arrecadações e contribuições que ele sofre hoje, como PIS, Confins, IR, INSS etc., permitindo uma maior eficiência do parque industrial brasileiro e uma maior competitividade de nossos produtos. Além disso, propõe-se a total desoneração das exportações mediante cálculo de rebates fiscais calculados com o uso de matrizes insumo-produto da FIBGE.

### **Impactos do IUF na economia**

- No mercado de trabalho, o **IUF** estimularia a abertura de novas vagas e a contratação de mão-de-obra, pois a folha de salários das empresas seria desonerada;
- No mercado consumidor o **IUF** acarretaria queda nos preços em função da redução na carga tributária (parte do “custo-Brasil”) incidente sobre o preço final do produto; além disso, a desoneração dos salários acarretaria aumento de poder de compra dos trabalhadores;
- Nas empresas o **IUF** reduziria custos de produção, que estimulariam as vendas, e aumentariam os investimentos na geração de maior capacidade produtiva;
- No governo, o **IUF** estimularia a mudança da ênfase da fiscalização tributária (que se tornaria desnecessária para os contribuintes), para o monitoramento das ações de fiscalização sobre o próprio setor público, onde se originam os grandes escândalos, ineficiência, e focos de corrupção.

### **Impacto setorial do IUF**

Vale lembrar que o *IUF*, embora sendo um imposto em cascata, causaria menos distorções nos preços finais dos bens do que um imposto tipo IVA, como o IPI.

A análise do impacto nos preços de 42 setores da economia brasileira mostrou sensível redução de carga tributária e, conseqüentemente, de preços finais dos produtos, como pode ser observado na tabela abaixo.

A implantação do *IUF* implicará enorme economia de recursos hoje gastos nas despesas administrativas das empresas. Também haverá redução da economia informal, e diminuição sensível dos custos de fiscalização e arrecadação na máquina estatal.

Cumprir apontar, como visto acima, que a carga tributária do *IUF* nos preços dos produtos atingiria um máximo de 14,88%, ao passo que com o IPI e INSS, arrecadaria menos de um terço do *IUF* e poderia atingir até 29,67% de carga tributária embutida no preço final da mercadoria.

### **Bases para um entendimento nacional**

O *IUF* poderá ser a base para amplo acordo nacional. Não é tarefa fácil acomodar os interesses dos principais grupos sociais envolvidos em uma reforma tributária, como os trabalhadores, os empresários e o governo. Cada grupo visualiza a oportunidade de ampliar seus espaços econômicos, configurando um conflito de interesses impossível de ser superado por uma reforma tributária convencional.

O *IUF*, ao permitir ganhos a todas as partes envolvidas - setor público, assalariados e empresários - cria condições para o início de um diálogo que já tarda no país. Para o setor público, o *IUF* permite redução de custos, desburocratização, modernização administrativa, recuperação de receitas. Facilita, enfim, o necessário ajuste fiscal. Para os trabalhadores abre-se espaço para a recomposição salarial mediante a incorporação aos salários, ainda que parcial, das contribuições previdenciárias e das retenções na fonte. E para o empresariado, permite redução de custos, aumento de mercados e recomposição de margens.

Apenas os sonegadores e a economia informal sairão perdendo, o que será um ato de Justiça, ainda que tardia.

**CARGA TRIBUTÁRIA ATUAL x CARGA TRIBUTÁRIA COM IUF  
(Tributos Federais)**

<b>Comparação do IUF com a carga atual de Impostos Indiretos Matriz Intersetorial Brasil 1996 (Em %)</b>	<b>IUF</b>	<b>CARGA ATUAL DE IMPOSTOS INDIRETOS FEDERAIS*</b>
Agropecuária	12,06	22,50
Extrativa mineral (exceto combustíveis)	10,77	22,72
Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	10,24	27,39
Fabricação de minerais não-metálicos	11,63	27,59
Siderurgia	13,98	27,49
Metalurgia dos não-ferrosos	11,90	27,53
Fabricação de outros produtos metalúrgicos	11,86	27,00
Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	10,22	27,48
Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	11,72	27,13
Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	8,85	26,60
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	11,46	27,31
Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	11,82	27,28
Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	11,55	26,26
Indústria de papel e gráfica	10,82	25,71
Indústria da borracha	12,14	28,01
Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	12,64	26,74
Refino de petróleo e indústria petroquímica	10,98	28,30
Fabricação de produtos químicos diversos	11,03	27,03
Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	10,14	26,33
Indústria de transformação de material plástico	10,68	28,06
Indústria têxtil	11,94	27,27
Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	11,95	27,59
Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	11,31	26,65
Indústria do café	14,88	24,77
Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	13,06	24,48
Abate e preparação de carnes	13,85	24,28
Resfriamento e preparação do leite e laticínios	14,49	25,08
Indústria do açúcar	13,35	24,74
Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para alimentação	14,52	24,45
Outras indústrias alimentares e de bebidas	12,79	25,47
Indústrias diversas	10,36	26,21
Serviços industriais de utilidade pública	7,87	27,21
Construção civil	11,79	29,67
Comércio	9,04	21,25
Transporte	9,09	21,42
Comunicações	6,81	19,22
Instituições financeiras	6,23	18,03
Serviços prestados às famílias	9,01	20,72
Serviços prestados às empresas	7,00	19,30
Aluguel de imóveis	11,57	25,90
Administração pública	5,73	18,18
Serviços privados não-mercantis	4,12	17,25

\* 20% INSS e 10% IPI, onde cabível

### **A Campanha Nacional pelo Imposto Único Federal -IUF**

A campanha pela implantação do *IUF* envolve a conscientização dos diversos atores sociais sobre o nível de impostos praticado no Brasil, as deficiências e assimetrias do atual sistema tributário e as distorções que ele causa.

Em cada Estado, a **Campanha Nacional pelo Imposto Único Federal –IUF**, será coordenada por **Parlamentares** engajados nesta proposta revolucionária. Ele poderá informar sobre o andamento da Campanha em todo o Brasil e sobre as vantagens da adoção do *IUF*.

Além disso, esses **Coordenadores** orientarão os membros dos seus Comitês e demais integrantes do movimento do *IUF* sobre como atuar na coleta de assinaturas de apoio ao movimento, e sobre o que fazer em dias considerados estratégicos, como votações de emendas ou projetos sobre reforma tributária no Congresso Nacional.

### **Como participar do movimento pelo IUF**

- Procure o deputado federal ou senador que coordena o movimento em seu Estado ou em seu município, e se filie ao Comitê local;
- Estabeleça Comitês próprios em seu ambiente de trabalho e em sua rua, ou condomínio;
- Convide os Coordenadores do movimento para palestras sobre o tema no seu trabalho ou em sua região de moradia;
- Crie grupos de discussão na internet e envie e-mails para possíveis integrantes da Campanha.
- Distribua o material promocional, que poderá ser obtido com o Coordenador da Campanha.

# **O TEXTO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO IMPOSTO ÚNICO FEDERAL**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 474, DE 2001**  
**(Dep. Marcos Cintra e outros)**

**SENADO FEDERAL**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº , DE 2001**  
**(Sen. Lindberg Cury e outros)**

Aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e o  
financiamento da Seguridade Social, estabelece  
normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos  
termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto  
constitucional:

Art. 1º Esta proposta de emenda constitucional tem por escopo  
introduzir, no arcabouço fundamental do sistema tributário nacional, a figura do imposto  
único federal, incidente sobre movimentações e transações financeiras, sob a dupla forma  
jurídica de imposto arrecadatório genérico e de contribuição social para o financiamento da  
seguridade social.

Art. 2º Ficam alteradas as redações do art. 150, III, “b” e § 1º, art.  
153, III, e §§ 1º, 2º e 3º, art. 159, I, “a”, “b”, “c”, “d” e §§ 2º e 3º, art. 195, I, e  
acrescidos os §§ 8º e 9º ao art. 150, §§ 4º, 9º, 12 e 13, “a”, “b” e “c”, ao art. 195, no texto  
da Constituição Federal, nos seguintes termos:

“Art. 150.....

.....

III -.....

.....

b-) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei  
que os instituiu ou aumentou, e antes de decorridos cento e oitenta dias da data da  
publicação.

.....  
§ 1 ° As vedações expressas no inciso III, “b”, não se aplicam aos impostos previstos nos artigos 153, I e II, e 154, II.

.....  
§ 8 ° As vedações expressas no inciso VI, “b” a “d”, não se aplicam ao imposto previsto no artigo 153, III.

§ 9 ° A instituição de outros tributos, além dos discriminados nesta Constituição, bem como a majoração dos tributos existentes além do limite máximo previsto no art. 153, § 3º, “a”, ficam condicionadas à aprovação prévia por referendo, ressalvados os dispositivos constitucionais em contrário.

Art. 153 .....

.....  
III - imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira;

.....  
§ 1 ° É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei complementar, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I e II;

§ 2 ° O imposto previsto no inciso III será informado pelos critérios da generalidade e da universalidade, podendo ser progressivo, na forma da lei, em função dos somatórios agregados periodicamente, por titular pessoa física, das movimentações ou transmissões a ele sujeitas;

§ 3 ° Lei complementar especificará, no que se refere ao imposto previsto no inciso III, bem como à contribuição que o acompanha, referida no art. 195, I :

- a) as alíquotas máximas;
- b) a forma como, respeitadas as normas de tratados internacionais de livre comércio de que o Brasil seja signatário, serão implementados os princípios da desoneração tributária das exportações de bens e serviços e do idêntico tratamento do produto ou serviço importado ao seu similar nacional;
- c) os bens de primeira necessidade cuja venda, no varejo, possa ser beneficiada com desoneração tributária, implementada segundo metodologia idêntica à da hipótese de exportação de que trata a alínea anterior;
- d) as movimentações e transações envolvendo aplicações financeiras e mobiliárias, inclusive em ouro como ativo financeiro, submetidas ao princípio do diferimento da tributação, excluídas da incidência desses tributos durante todo o tempo em que os recursos correspondentes não retornarem, dos circuitos dos mercados financeiros e de capitais, para consumo ou investimento em ativos não financeiros ou mobiliários;

- e) o limiar, aproximadamente equivalente ao valor da renda líquida média anteriormente sujeita ao revogado imposto sobre a renda das pessoas físicas, abaixo do qual a incidência desses tributos, sobre os rendimentos do trabalho assalariado, será assumida previamente pelo empregador, mediante adição ao salário líquido pago, creditado ou posto à disposição;
- f) as restrições preventivas à evasão tributária, dentre as quais a forma obrigatoriamente nominal e não endossável de toda e qualquer ordem de pagamento ou título de crédito, bem como as sanções eficazes para dissuadir sua burla;
- g) as alíquotas acrescidas, incidentes sobre saques e depósitos de numerário junto ao sistema bancário, com o intuito de estimular a prática de transações sujeitas às alíquotas normais;
- h) a divisão da incidência entre os débitos e os créditos bancários;
- i) as restrições à validade do adimplemento de obrigações jurídicas onerosas, se não for comprovada a liquidação por intermédio de contas correntes à vista, de titularidade dos respectivos intervenientes envolvidos, em instituições do sistema bancário nacional, com a retenção dos tributos devidos;
- j) o procedimento unificado de arrecadação simultânea de ambos os tributos, mediante aplicação de alíquota total igual à soma das alíquotas singulares de cada um deles, com repasse direto, imediato e automático, pelas instituições ou órgãos responsáveis pela arrecadação, aos respectivos destinatários, na proporção exata das alíquotas relativas ao imposto e à contribuição social;
- k) as salvaguardas impeditivas de que a parcela da arrecadação, prevista na alínea precedente, representativa da contribuição social descrita no art. 195, I, possa ser desviada para empregos alheios à sua finalidade intrínseca, não estando sujeita às vinculações, estranhas à sua natureza, dos arts. 198, § 2º e 212, nem à partilha de que tratam os arts. 158 e 159.

.....  
 Art. 159 .....

I – do produto da arrecadação do imposto previsto no artigo 153, III, quarenta e quatro por cento na seguinte forma:

- a-) vinte por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- b-) vinte por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;
- c-) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;
- d-) um por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

.....

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o disposto no item “d” do inciso I, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do item “d” do inciso I, observados os critérios estabelecidos no art. 158.

.....  
Art. 195. ....

I – sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, acompanhando, mediante aplicação de alíquota adicional, a exigência do imposto previsto no art. 153, III, na forma da lei e respeitados os requisitos de que trata o art. 153, § 3º ;

.....  
§ 4º As finalidades de custeio, supridas pela contribuição prevista no inciso I deste artigo, abrangem também, na forma da lei:

a-) o programa do seguro desemprego previsto no artigo 7º, inciso II, e o abono de que trata o § 3º do art. 239;

b-) os gastos projetados, com o ensino fundamental público, anteriormente financiados pela extinta contribuição do salário-educação;

c-) as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

§ 9º A contribuição social prevista no inciso I não será exigida dos segurados que contribuam sob a modalidade prevista no inciso II deste artigo. “

Art. 3º A expressão final “artigos 150, II, 153, III e 153, § 2º, I”, constante nos artigos 27, § 2º, 29, V, 37, XV, 49, VII, 95, III, e 128, § 5º, I, c, fica substituída por “artigo 150, II”.

Art. 4º Ficam revogados os incisos IV a VII e os §§ 4º e 5º do art. 153, o inciso I do art. 157, os incisos I e II do art. 158, o inciso II e o § 1º do art. 159, o § 7º do art. 195, o § 5º do art. 212 e o art. 240, da Constituição Federal.

Art. 5º Ficam acrescidos, ao texto do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os arts. 84 e 85, nos seguintes termos:

“Art. 84. O imposto previsto no art. 153, III, da Constituição Federal, substitui, para todos os efeitos, desde o termo inicial de sua exigibilidade, a contribuição de que tratam os arts. 74, 75 e 80, I, deste Ato.

Art. 85. Lei complementar disporá sobre a forma como:

I - os fundos, programas e projetos alimentados com recursos, benefícios ou renúncias, decorrentes dos tributos extintos juntamente com a entrada em vigor do imposto e da contribuição previstos, respectivamente, no art. 153, III e 195, I, da Constituição Federal, terão suas fontes de financiamento substituídas ou sofrerão solução

de continuidade;

II - serão ajustados e compatibilizados, sem prejuízo para o interesse público, os direitos e obrigações pendentes, decorrentes das legislações relativas aos tributos extintos, em virtude da nova ordem tributária instaurada com a entrada em vigor dos tributos referidos no inciso anterior deste artigo;

III - será assegurada, a cada ente político beneficiário de partilhas constitucionais de receitas federais, sem interrupção, o fluxo e o volume de recursos não inferiores ao que se tiver verificado no último exercício financeiro anterior ao da entrada em vigor dos tributos referidos no inciso I deste artigo.

Art. 6 ° Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação e torna-se eficaz, no que se refere à extinção de tributos e à deflagração de novas relações obrigacionais tributárias, no primeiro dia do sétimo mês subsequente.